



AS CONTRADIÇÕES DO TURISMO RURAL EM APUCARANA-PR: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Gustavo Henrique Rodela¹

Francisco Zafalon²

Jhon Lucas³

Sergio Aparecido Nabarro⁴

RESUMO

O turismo rural é uma atividade que vem ganhando força e relevância nas últimas décadas no Brasil, passando a ser uma alternativa de lazer para os visitantes e de desenvolvimento socioeconômico para os anfitriões, sobretudo em regiões marcadas por desigualdades fundiárias. Este artigo, deriva-se de uma pesquisa de mestrado em andamento e busca apontar as análises iniciais sobre o turismo rural no município de Apucarana-PR, tentando compreender se a atividade está efetivamente presente em áreas camponesas e em que medida pode contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias agricultoras e a sua permanência no meio rural. Partindo do pressuposto de que essa atividade, pode representar tanto uma oportunidade gerar renda e valorizar a cultura local. O estudo adota o materialismo histórico-dialético como referencial metodológico, o que possibilita analisar de forma crítica e totalizante o objeto, a partir da revisão bibliográfica e de dados secundários. Os resultados iniciais mostram que o turismo rural no município está mais vinculado a atores urbanos ou proprietários rurais com maior poder econômico do que aos camponeses, evidenciando a necessidade de diferenciar práticas de turismo rural daquelas associadas ao lazer urbano no espaço rural. A etapa empírica buscará compreender melhor as relações que envolvem estes processos no campo e pesquisas, contribuindo para a elaboração de políticas públicas que favoreçam a inclusão do campesinato.

Palavras-chave: Turismo Rural, Campesinato, Desenvolvimento Socioeconômico, Apucarana.

ABSTRACT

Rural tourism is an activity that has been gaining momentum and relevance in Brazil in recent decades, becoming a leisure alternative for visitors and a source of socioeconomic development for rural tourism hosts, especially in regions marked by land inequality. This article is derived from ongoing master's research and seeks to present initial analyses of rural tourism in the municipality of Apucarana-PR, attempting to understand whether the activity is effectively present in rural areas and to what extent it can contribute to improving the living conditions of farming families and their permanence in rural areas. Based on the assumption that this activity can represent both an opportunity to generate income and enhance local culture, the study adopts historical-dialectical materialism as a methodological reference, which allows for a critical and comprehensive analysis of the object, based on a review of the literature and secondary data. Initial results suggest that rural tourism in the municipality may be more closely linked to urban actors or landowners with greater economic power than to peasants, highlighting the need to differentiate genuine rural tourism practices from those associated with urban leisure in rural

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina - UEL, Artigo derivado da dissertação de mestrado em andamento. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). gustavo.rodela@uel.br;

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina - UEL, francisco.zafalon@uel.br;

³ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina - UEL, sergio.nabarro@uel.br.



areas. The empirical stage will seek to confirm or deny these hypotheses through field observations and research, contributing to the development of public policies that favor the inclusion of the peasantry.

Keywords: Rural Tourism, Peasantry, Socioeconomic Development, Apucarana.

INTRODUÇÃO

O turismo rural tem se consolidado como alternativa de desenvolvimento socioeconômico em diversas regiões do Brasil. Esse crescimento ocorre como opção de lazer para quem busca uma espécie de “fuga” do cotidiano urbano, levando a uma maior conexão com o campo. No entanto, o contexto histórico de concentração fundiária brasileiro levanta questionamentos importantes para a análise do turismo rural, sobretudo quanto sua presença ou ausência em áreas camponesas, como no caso do município de Apucarana-PR. Em uma análise inicial, desenvolvida a partir dos relatos de moradores e vivências dos pesquisadores no município, surge a hipótese de que a atividade de turismo rural no município esteja concentrada em propriedades de maior porte, o que pode reforçar desigualdades no acesso aos benefícios dessa atividade.

Por se tratar de um trabalho derivado de uma pesquisa de mestrado em andamento, essas questões ainda carecem de investigação empírica, que será realizada na etapa de campo ao longo da dissertação. Assim, este trabalho tem por objetivo apresentar as primeiras considerações levantadas e ajudar a entender em que medida a atividade de turismo rural pode vir a contribuir para a melhoria das condições de vida de famílias camponesas, caso se confirme sua presença no município de Apucarana.

Parte-se da compreensão de que o turismo, quando articulado às dinâmicas territoriais e às práticas sociais do campo, pode representar uma alternativa de geração de renda e de valorização cultural para os agricultores familiares.

Partindo da perspectiva de que o turismo rural em áreas camponesas não deve ser estudado de forma isolada da sua historicidade e raízes culturais, a pesquisa adota o materialismo histórico-dialético como principal referencial metodológico. Esse método proporciona ao pesquisador uma análise crítica e totalizante da sociedade, permitindo o aprofundamento nas mais variadas determinações que formam o objeto de estudo. A partir desse referencial, os conteúdos aqui apresentados foram elaborados por meio da revisão bibliográfica e análise de dados secundários. A etapa empírica (entrevistas e observações de campo) será realizada posteriormente, após a aprovação do comitê de ética.



Dessa forma, busca-se contribuir para a compreensão das contradições desse processo e apontar alternativas para o fortalecimento do modo de vida camponês também a partir do turismo rural.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho baseia-se no levantamento bibliográfico e na análise de dados. Primeiramente, foram consultados livros e artigos que abordam o turismo rural, o campesinato e a questão agrária no Brasil, com o intuito de embasar a análise. Posteriormente, procurou-se levantar dados secundários obtidos em fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e arquivos governamentais para saber o panorama do município de Apucarana.

Essas duas etapas fornecem uma base de dados e conceitos importantes para a realização da análise, sendo complementadas pela aplicação do materialismo histórico-dialético, que ajuda a interpretar as relações sociais, econômicas e territoriais presentes no turismo rural camponês de forma crítica. Por entender que o objeto dessa pesquisa necessita ser analisado desde o interior de suas relações sociais que foram moldadas durante a história. Com esse método de investigação é possível realizar uma análise da realidade agrária e as práticas camponesas de forma crítica e totalizante.

De acordo com Netto (2011), Marx, responsável pela criação do materialismo histórico-dialético, não compreende a sociedade apenas como um conjunto de fragmentos isolados, mas pensa a sociedade como uma “totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (Netto, 2011, p. 56). Essa análise ajuda a compreender o turismo rural camponês não apenas como um acontecimento isolado, mas como uma forma de múltiplas determinações, econômicas, culturais, territoriais e políticas, inseridas em um sistema histórico-social, muito contraditório.

Essa análise nos reforça a ideia de que o turismo rural camponês não pode ser analisado de forma separada das estruturas do capitalismo agrário, e das formas de resistência e das disputas sociais que marcaram a história do campo brasileiro. O método adotado neste trabalho, permite compreender essas práticas como uma totalidade histórica em constante transformação com diversas influências.

REFERENCIAL TEÓRICO



O município de Apucarana está localizado na região Norte do Paraná, e teve sua formação pautada na expansão de políticas de colonização do estado, que visavam reocupar essas terras do norte paranaense. O termo reocupação cabe aqui para reafirmar que as terras já eram ocupadas por indígenas, caboclos, e isso foi desconsiderado pelas políticas de colonização.

Essa reocupação trouxe mudanças como a construção de estrada de ferro para escoar os produtos agrícolas das novas terras férteis, principalmente o café, que era conhecido como ouro verde. Rompatto (2020) em seu artigo “O processo de [re]ocupação do espaço rural em Apucarana, norte do Paraná, da colonização às vilas rurais” busca analisar esse processo, que começou em 1930, com o objetivo de colonizar as terras. Segundo o autor, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) tinha 546 mil alqueires de terras disponíveis para venda.

A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), vendo o potencial econômico das terras nortes paranaenses, buscava um retorno financeiro significativo, e visava vender grandes lotes para fazendeiros já conceituados. Porém o interesse pelo lucro imobiliário fez com que a CTNP/CMNP vendesse suas terras em pequenos lotes, levantando o discurso de ser uma facilitadora do acesso a terras aos colonos (Rompatto, 2020, p. 368).

Segundo Silva (1976, p. 66) a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários sempre gerou um cenário de exclusão para os pequenos agricultores, que lutam para se manter no campo. Na região de produção de café, o capital exerce uma posição dominante sobre as pequenas propriedades, o que acaba estabelecendo o controle sobre como a produção é direcionada. Desse modo, esse processo de subordinação ocorre de maneira que transforma o capital em uma força que organiza e dita as regras produtivas, assumindo características de capital industrial, agrário e fundiário. Assim, o capital passa a atuar como um “proprietário invisível”, deixando os pequenos produtores dependentes de suas decisões e interesses econômicos. Nesse contexto, Rompatto observa que:

Os pequenos proprietários, meeiros e arrendatários da região dotados de poucos recursos, que viviam da cafeicultura aniquilada e ao mesmo tempo sem acesso ao financiamento bancário, não tiveram condições de acompanhar o desenvolvimento do agronegócio e nem de sobreviver da pequena lavoura. (Rompatto, 2020, p. 370).

Assim, o pequeno agricultor teve que vender a sua terra e o campo foi progressivamente esvaziado, sem nenhuma política que pudesse garantir a permanência dos pequenos agricultores no meio rural. As desigualdades no campo também se refletem nas relações de poder e no acesso a recursos, onde a terra passa a ser mercadoria, alterando o espaço geográfico local. Para Santos (2006, p. 12), o espaço geográfico é “um conjunto indissociável de sistemas de objetos



e sistemas de ações”, isto é, um espaço onde ocorrem as relações entre o homem e a natureza. Nessa ótica, a mercantilização da terra modifica a estrutura do espaço geográfico, alterando além das relações sociais, a dinâmica econômica da região. A respeito dessa mercantilização da terra, Debord afirma que:

O mundo presente e ausente que o espetáculo faz ver é o mundo da mercadoria dominando tudo que é vivido. E o mundo da mercadoria é assim mostrado como ele é, pois, seu movimento é idêntico ao afastamento dos homens entre si e em relação a tudo que produzem. (Debord, 1997, p. 28).

Portanto, essa perspectiva evidencia que a mercantilização da terra, acaba transformando o espaço vital dos seres humanos em uma mera mercadoria, o que os distancia de seus direitos e necessidades básicas. A lógica de ter a terra como uma espécie de mercadoria, acaba afastando a população mais pobre, que parte em busca de melhores condições de vida, reforçando a desigualdade social.

O turismo rural surge então, como uma alternativa para o desenvolvimento econômico das áreas rurais, oferecendo novas oportunidades de renda e melhoria na qualidade de vida dessa população, tendo em vista que não é necessária uma grande quantidade de terras para elaborar a atividade. Sobre turismo, Cruz destaca que:

Entre as inúmeras definições de turismo, há que se destacar aquela adotada por um organismo oficial, de injunção global, que é a Organização Mundial do Turismo (OMT). Segundo essa organização, o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta. (Cruz, 2003, p. 4)

Além de ser uma alternativa econômica para o campesinato, a atividade do turismo rural oferece uma oportunidade de valorização da cultura local, resgatando tradições e podendo incentivar a prática sustentável no meio agrário. A atividade de turismo rural consegue proporcionar aos seus visitantes, experiências gastronômicas, a realização de atividades agrícolas, entre outras interações com o meio rural. Assim o turismo permite que os visitantes se conectem com a realidade rural, ao mesmo tempo que proporcione uma renda aos moradores, tornando possível uma revitalização das comunidades rurais. O turismo se mostra como uma atividade que pode fortalecer a identidade cultural, além de contribuir com a permanência do campesinato no campo. Assim, a promoção de uma economia mais diversificada pode reduzir os efeitos da concentração fundiária, criando um ambiente mais justo.



As práticas não-agrícolas no meio rural, eram historicamente relacionadas a atividades secundárias em relação à agricultura tradicional, nos últimos tempos essas práticas ganharam maior relevância com o avanço da pluriatividade na agricultura, o que possibilitou novas formas de gerar renda além da produção agrícola. Nesse contexto, o turismo rural surge como uma dessas práticas além da agricultura, possibilitando a agricultores familiares e ao campesinato alternativas de diversificação de renda e valorização cultural. Como destacam Mauro Eduardo Del Grossi e José Graziano da Silva:

Na nossa opinião, o fundamental na pluriatividade é que a pessoa exerça uma outra atividade, além de sua ocupação principal. Mas também é verdade que muitas dessas combinações de atividades agrícolas principal e secundárias são formas tradicionais de pluriatividade no meio rural brasileiro, o que nos levaria a superestimar aquilo que existe de “novo” na pluriatividade atual, que é a combinação intersetorial, ou seja, a combinação de atividades agrícolas com ocupações fora da agricultura (Del Grossi e Silva, 1998, p. 29)

Apesar disso, é fundamental compreender que o turismo em áreas rurais, quando beneficia apenas os latifundiários tradicionais e apenas alguns agricultores familiares já estabelecidos, acaba gerando pouco benefício para o restante da população rural, o que acaba não contribuindo para a redistribuição de renda, e muito menos na redução das desigualdades sociais. Pelo contrário, esse modelo, na verdade, pode aumentar esses problemas concentrando ainda mais as oportunidades nas mãos das minorias com melhor poder econômico. Não promovendo o desenvolvimento inclusivo, esse tipo de turismo reforça as disparidades existentes, direcionando os ganhos para aqueles que já possuem. Com isso, pode acentuar as injustiças sociais no campo, ao invés de oferecer um caminho para uma economia rural mais equitativa e integrada (Froehlich, 2000).

Portanto, conclui-se que cabe ao poder público implementar políticas que garantam uma distribuição dos benefícios do turismo rural, de uma forma mais justa, promovendo a inclusão de agricultores vulneráveis e garantindo que essa atividade contribua para a redução das desigualdades sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise preliminar realizada sobre a atividade de turismo rural em Apucarana-PR em áreas camponesas, permitiu levantar a hipótese de que essa atividade pode não estar efetivamente presente nessas áreas. O contexto histórico e a distribuição fundiária do município, que é marcada pela concentração de terras podem determinar quem tem melhores condições de



aplicar essa atividade, ainda que não seja possível afirmar a real participação do campesinato. Essa perspectiva levanta a possibilidade de que, caso a atividade exista, ela esteja mais associada a empreendimentos urbanos e com maior capacidade financeira, reforçando a necessidade de investigar se há de fato práticas de turismo rural no município e, em caso positivo, quais características assumem.

Esses questionamentos se fortalecem quando analisamos o significado de turismo rural. De acordo com Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), o turismo rural pode oferecer:

Além da possibilidade de geração de uma renda adicional para as comunidades locais, o Turismo Rural pode contribuir para a revitalização econômica e social das regiões, a valorização dos patrimônios e produtos locais, a conservação do meio ambiente, a atração de investimentos públicos e privados em infraestrutura para os locais onde se desenvolve (Brasil, 2010, p. 12).

Dessa forma, se o turismo rural não for realizado por agricultores familiares/camponeses, as possibilidades de gerar renda para as comunidades locais, valorização dos patrimônios e produtos locais e revitalização econômica e social da região não serão realizadas.

Assim, destaca-se a geração de renda complementar como um benefício que o turismo rural pode proporcionar. Mesmo ainda não tendo os dados empíricos da etapa de campo e pesquisa, é possível levantar hipóteses sobre atividades realizadas dentro do turismo rural que podem contribuir para a renda familiar, como vivências de práticas produtivas, experiências gastronômicas, passeios agrícolas e hospedagem. Essas atividades mostram que se elaboradas de maneira inclusiva, as atividades poderiam diversificar a economia rural e dessa forma, reduzir a dependência da produção agrícola.

A valorização social e cultural, se torna outro aspecto importante da atividade turística, levando em conta que permite o contato dos visitantes com as manifestações locais, como culinária, artesanatos e festas. Mesmo com a percepção de que a maioria das atividades estarem diretamente ligadas ao lazer urbano, a reflexão sobre turismo rural em áreas camponesas pode fortalecer a identidade dessa população, preservar suas tradições e fortalecer o protagonismo camponês no turismo rural. Segundo o Embratur alguns dos benefícios do turismo rural são:

Diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios; Geração de novas oportunidades de trabalho e renda; Incorporação da mulher ao trabalho remunerado; Agregação de valor ao produto primário; Diminuição do êxodo rural; Melhoria da infra-estrutura de transporte, comunicação e saneamento no meio rural; Melhoria dos equipamentos, dos bens imóveis e das condições de vida das famílias rurais; Interiorização do turismo; Conservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural; Promoção de intercâmbio cultural e enriquecimento cultural;



Integração das propriedades rurais e comunidade local; Valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho; Resgate da auto-estima do camponês (Brasil, 2010, p. 15)

Uma questão que surgiu nesse estudo, refere-se na presença do campesinato no turismo rural de Apucarana. Até o momento, não foi levantado dados de campo que apontam a quantidade de camponês participantes na atividade diretamente. A análise inicial sugere que a estrutura fundiária presente no município, e os custos de implementar a atividade turística podem limitar a inserção do campesinato, determinando quem vai usufruir do turismo rural.

Essa questão será verificada na etapa empírica da pesquisa, com as entrevistas e observações de campo, possibilitando entender a forma que o turismo rural beneficia o camponês, ou se beneficia apenas os proprietários com maiores poderes econômicos.

Diante disso, a reflexão sobre quem de fato tem condições de se inserir no turismo rural em municípios como Apucarana se torna fundamental para a pesquisa. Os custos para implementar, as exigências do mercado e a própria lógica turismo podem acabar limitando a participação do campesinato, abrindo espaço para outros atores sociais. Nesse sentido, Candiottto observa que:

Ademais, a maior parte dos empreendedores do turismo rural não é composta por camponeses/agricultores familiares, mas sim por empresários urbanos, médios e grandes produtores rurais e os denominados neo-rurais (pessoas que optam por residir no meio rural, sem necessitar da renda e do emprego provenientes de atividades agropecuárias). Por conseguinte, a gestão do turismo rural não tem como foco benefícios para a agricultura familiar, e os agricultores familiares envolvidos têm que se adaptar às exigências do *trade* turístico, aumentando sua competitividade e profissionalização no setor (Candiottto, 2013, p. 122).

Outra questão importante é a averiguação do que é chamado “turismo rural” em Apucarana e avaliar se de fato existe a prática de turismo rural ou se são apenas empreendimentos urbanos travestidos de rural, como por exemplo chácaras de lazer. Essa diferenciação é importante, pois pode impactar a análise de inclusão social, renda, aspectos culturais, entre outros. A etapa empírica deverá confirmar até que ponto os empreendimentos existentes no município estão alinhados com a atividade turística, ou se são apenas produtos de consumo urbano no meio rural.

Além de ser uma opção que melhore a renda do campesinato, a atividade do turismo rural pode valorizar a cultura local e resgatar. Segundo o Ministério do Turismo (Brasil, 2004, p. 11), “Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.



Porém é fundamental deixar claro que nem toda prática de turismo realizado em áreas rurais pode ser considerada como turismo rural.

O espaço não urbano, definido pelo IBGE como rural, abriga diversos empreendimentos e experiências que podem caracterizar vários tipos e segmentos de turismo, não apenas o Turismo Rural. Isto é, as muitas práticas turísticas que ocorrem no espaço rural não são, necessariamente, Turismo Rural, e sim atividades de lazer, esportivas, ou ócio de cidadãos, que ocorrem alheias ao meio em que estão inseridas. Vários autores acreditam ser mais apropriado denominá-los como Turismo no Espaço Rural, ficando a expressão Turismo Rural reservada para as atividades que mais se identificam com as especificidades da vida rural, seu habitat, sua economia e sua cultura” (Brasil, 2010, p. 17).

A análise preliminar mostra a carência de aprofundamento no campo, por meio de observações e entrevistas. Essas futuras observações permitirão entender a realidade local e avaliar de forma efetiva, como funciona a inclusão de pequenos agricultores nas atividades de turismo rural, e assim, ser possível elaborar estratégias que possam consolidar uma atividade turística inclusiva mais inclusiva. Os resultados poderão ser pautas para discussões de políticas públicas ajudando no fortalecimento cultural, econômico local. Nesse sentido:

Vale lembrar que as políticas públicas de turismo, incluindo a segmentação do turismo, têm como função primordial a redução da pobreza e a inclusão social. Para tanto, é necessário o esforço coletivo para diversificar e interiorizar o turismo no Brasil, com o objetivo de promover o aumento do consumo dos produtos turísticos no mercado nacional e inseri-los no mercado internacional, contribuindo, efetivamente, para melhorar as condições de vida no País (Brasil, 2010, p. 9).

Dessa forma, o trabalho prossegue buscando apontar as potencialidades do turismo rural em Apucarana com a necessidade de políticas que promovam a plena participação dos agricultores familiares. Ao analisar os dados empíricos, junto com o levantamento teórico, será possível entender as potencialidades e limites que esse segmento turístico oferece ao município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As apurações iniciais levantaram hipóteses importantes sobre a atividade de turismo rural no município de Apucarana, apontando uma possível exclusão do campesinato, que será confirmada ou não na próxima etapa da pesquisa. Esses levantamentos iniciais sugerem que o turismo rural em Apucarana podem ser predominantemente empreendimentos urbanos, voltados ao lazer, ou em propriedades maiores, excluindo o campesinato, o que levanta o questionamento da autenticidade do turismo rural na região.



Outro ponto importante, são as categorias analíticas que fundamentam o que é o turismo rural, como por exemplo a valorização social e cultural junto com práticas agrícola, enquanto serve como uma forma de gerar renda complementar a quem realiza a essa atividade. Essas categorias mostram que, se a atividade de turismo rural for aplicada de maneira planejada, incluindo os pequenos agentes do campo, pode diversificar a renda dessa população, fortalecer a cultura campestre, contribuindo para a sua permanência no campo.

Durante a fase inicial da dissertação, onde foram levantadas as informações presentes nesse trabalho, surgiram duas questões centrais sobre a participação efetiva do campesinato no turismo rural e a distinção entre empreendimentos urbanos com estética rural e o legítimo turismo rural. Essas questões permanecem e serão averiguadas na fase de campo que serão confirmadas ou negadas.

Por fim, esse trabalho que analisa os dados iniciais levantados reforça a importância de entender melhor o fenômeno do turismo rural não apenas como uma atividade econômica, como um fenômeno ligado a estruturas históricas, territoriais e sociais. Os próximos passos, como já citados, serão as observações de campo das atividades turísticas rurais e entrevistas para aprofundar essas questões e só assim analisar os dados de campo e propor uma discussão que possa orientar políticas públicas e estudos sobre as práticas de turismo rural, mais inclusivo, não apenas para o município de Apucarana, mas também, para outros locais que desejam aplicar a atividade de turismo rural, abrangendo todos os agentes do campo brasileiro, proporcionando benefícios para pequenos agricultores e também para o campesinato.

AGRADECIMENTOS

O presente artigo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Rural**: orientações básicas. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-rural-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2025.



CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o programa nacional de turismo rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. **Cultur-Revista de Cultura e Turismo**, v. 7, n. 2, p. 111-131, 2013.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2003.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1998.

FROEHLICH, José Marcos. Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento. **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**, p. 1-13, 2000.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ROMPATTO, Maurílio Maurílio. O processo de [re]ocupação do espaço rural em Apucarana, norte do Paraná, da colonização às vilas rurais. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 13, n. 1, p. 362-382, 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed., 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.